

HABEAS CORPUS Nº 524.324 - SP (2019/0223711-3)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : LUIZ GUSTAVO GUAZZELLI BRAGA DE SIQUEIRA E OUTROS
ADVOGADOS : HÉLIO MARCOS PEREIRA JÚNIOR - SP240132
LUIZ GUSTAVO GUAZZELLI BRAGA DE SIQUEIRA - SP290801
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAICON BEZERRA MEDEIROS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INSTRUÇÃO ENCERRADA. APLICAÇÃO DO VERBETE SUMULAR N.º 52 DO STJ. ORDEM DENEGADA.

1. O Juízo de primeiro grau destacou que o Paciente seria integrante da organização criminosa denominada Primeiro Comando da Capital e ressaltou a necessidade da prisão preventiva para interromper ou diminuir a atuação do grupo criminoso. Segundo consta dos autos, cabia ao Acusado *"manter a ordem nas áreas sob domínio do Comando, cobrando bom comportamento de usuários, traficantes locais e terceiros, a fim de que as regras da facção fossem por todos respeitadas"*, o que justifica a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

2. Perfeitamente aplicável, na espécie, o entendimento de que *"[n]ão há ilegalidade na decisão que decreta a prisão preventiva com base em elementos concretos aptos a revelar a real necessidade de se fazer cessar ou diminuir a atuação de suposto integrante de organização criminosa para assegurar a ordem pública"* (STF, RHC n.º 144.284 AgR, Relator Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, DJe de 27/08/2018).

3. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de nenhuma das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas no art. 319 do Código de Processo Penal.

4. *"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo"* (Súmula n.º 52 do Superior Tribunal de Justiça). No caso em análise, os autos estão conclusos para sentença.

5. Ordem de *habeas corpus* denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas

Superior Tribunal de Justiça

a seguir, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora